Métodos de pesquisa arquivísticos e princípios de formação dos arquivos

Archival research methods and principles of shaping archives

Philippe Peterle Modolo¹

Taiguara Villela Aldabalde²

Resumo:

Busca-se refletir sobre os métodos de pesquisa em arquivo e os princípios que devem, por normas internacionais, nortear a formação do material de arquivo sob mediação tecnológica. Situa os principais métodos de pesquisa com arquivos nas organizações e situa os princípios aplicados aos arquivos que determinam quais e por quais motivos os dados, informações, patrimônios e conhecimentos devem ser disponibilizados para pesquisa ou eliminados. Conclui-se que os princípios estão associados ao material a ser pesquisado, ao acesso e uso qualificado para fins de investigação, de modo que métodos de pesquisa com arquivos são principalmente: historiográfico, quali-quantitativo e neo-arquivístico.

Palavras-chave: Métodos de pesquisa arquivísticos; Arquivos; Mediação tecnológica; Princípios de avaliação; Formação do material de arquivo.

Abstract:

The aim is to reflect on archival research methods and the principles that should, according to international standards, shape the archival material under technological mediation. It describes the main research methods with archives in organizations and the principles applied to shape archives that determine which and for what reasons archival data and information should be made available for research or disposal. It is concluded that the principles are associated with the material to be researched, access and qualified use for research purposes, so that research are mainly: historiographic method, quali-quantitative method and neo-archivalist method.

Keywords: Archival research methods; Archives; Technological mediation; Appraisal principles; Shape of archival material.

¹ Mestre em Ciência da Informação (UFES). Pedagogo, especialista em Gestão Educacional, em Inspeção Escolar, em Psicopedagogia. Bacharel em Arquivologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9278-4337>

² Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Graduação em Arquivologia vinculado ao Colegiado de Ciência da Informação e ao Departamento de Arquivologia da UFES. Pós-doutorado em Ciências da Informação na Fundação Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Membro do Grupo de Peritos da Rede Iberoamericana de Ensino Arquivístico (ALA Archivos, Conselho Internacional de Arquivos, coordenadora geral: Anna Szejcher). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Mestre em História Social pela USP e Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1 Introdução

Arquivos, museus e bibliotecas são correlatos nas suas finalidades comuns de coletar e agrupar documentos, vide Otlet (2018), desde as suas origens (Carvalho; Marins; Lima, 2021). Isso porque seus propósitos remetem à cultura material (objetos), particularmente à reunião das documentações arquivísticas e/ou de outra natureza de acontecimentos considerados relevantes, assim como da vida de pessoas e de instituições, para expor, preservar e/ou criar narrativas (expográficas, informacionais ou historiográficas). De acordo com Ventresca e Mohr (2002, p. 12) “Cada vez mais os estudiosos estão encontrando maneiras inovadoras de usar métodos formais para extrair os mesmos tipos de leituras interpretativas de arquivos [...]”. Como define-se o arquivo objeto de pesquisa? “[...] prova sobre cuja a base pode firmar-se a verdade” (Schellenberg, 2006, p. 359). Tendo isso em vista, para um cenário promissor, parece impensável que se faça ciência com pesquisadores que não estejam a par dos métodos de pesquisa arquivísticos. Também aparenta ser relevante que todos os anos o país forme milhares de profissionais com diploma universitário em bacharelados, licenciaturas e pós-graduações com algum conhecimento sobre tais métodos abordados por Ventresca e Mohr (2002), referencial adotado ao tema da pesquisa arquivística (*archival research*).

No contexto contemporâneo, cabe aos pesquisadores algum conhecimento sobre os métodos arquivísticos e os princípios que podem incidir sobre a formação do material de arquivo, hoje tecnologicamente mediados. Isso implica em olhar para as mediações e intervenções que definem quais, como, “por que?” informações, objetos digitais e os documentos foram e serão preservados, gerenciados, editados, copiados, protegidos, perdidos, difundidos, trocados, ocultados, acessados e/ou eliminados. Ora, documentos são eliminados de modo que apagam memórias e informações em decorrência da avaliação cujos princípios normativos internacionais são achados no documento ISO 15489-1. O atendimento ou desatendimento à norma impacta diretamente na formação dos arquivos que majoritariamente acham-se hoje sob mediação tecnológica desde sua produção.

É nesta lacuna, ou seja, na área de métodos de pesquisa com arquivos e dos princípios

que incidem sobre a formação do material de arquivo sob mediação tecnológica, que o trabalho busca contribuir. Assim, serão arrolados teores sobre a matéria, sem almejar esgotá-la, mas provocar a discussão sobre o tema que intitula este que é o trabalho inédito no país e em língua portuguesa.

2 Métodos de pesquisa com arquivos: do historiográfico ao neo-arquivístico

Segundo Ventresca e Mohr (2002), tradicionalmente, os métodos arquivísticos de pesquisa (*archival research methods*) foram associados aos estudos de documentos históricos. Um exemplo disso são as aplicações da Diplomática e da Paleografia para analisar o conteúdo, as formas (originais, cartulários, minutas, cópias, dentre outras), aferindo das qualidades arquivísticas citadas na seção introdutória, tais como autenticidade e completude.

Os autores entendem que os arquivos históricos ou documentos históricos são aqueles produzidos em algum momento distante no tempo do pesquisador, o que eleva o *status* da fonte, a poder observar indiretamente fatos registrados ou acontecimentos que não seriam possíveis de olhar no dia de hoje dos indivíduos interessados pela época anterior, trajeto ou percurso.

O metodólogo Paul Feyerabend (2007) exemplifica isso, ao caso da História da Ciência, a partir dos registros de Copérnico. Para o autor, tais documentos permitem observar a descrição como forma de produção de conhecimento, o uso de instrumentos para observação e os próprios arquivos com resultados que permitem não apenas confirmar ou refutar verdades no presente e para futuras descobertas, como também conhecer a ciência como uma construção histórico-social.

Assim, é suposto que um historiador, ao menos por imperativo deontológico, deva saber algo sobre as possibilidades de práticas de intervenção realizadas a partir e sobre o documento ou a informação, o que comumente chama-se de mediação, a ser apresentada mais adiante no contexto da pesquisa. Para afirmar qualquer coisa sobre o passado com base em fontes, o pesquisador precisa estar capacitado para verificar as condições materiais da fonte e de seu contexto de produção. Assim, os autores consideram como primeiro método o historiográfico.

Já em um contexto organizacional, emerge aquilo que os autores definem como o primeiro método arquivístico que encaminha a investigação de minúcias da vida coletiva institucional, social, cultural, de modo que resultam destes métodos os estudos etnográficos de arquivos. (Ventresca; Mohr, 2002). No Brasil, ainda que em língua inglesa, estão reunidos materiais introdutórios sobre a possibilidade deste método (Lopes; Ipiranga, 2021). Contudo, o

olhar das autoras revela seu desconhecimento sobre a etnografia dos arquivos como método arquivístico. Isso pode ser constatado ao confrontar Lopes e Ipiranga (2021) com Gracy (2004), pois essa utiliza o método etnográfico na sua necessidade fundamental, isto é, compreender outras comunidades e suas respectivas culturas, ao passo que as primeiras autoras apenas revisam a literatura, não demonstram com clareza conhecer o emprego do método para além dos muros corporativos.

De acordo com Ventresca e Mohr (2002), o emprego destes métodos revelam ideologias, modos de pensar, conflitos e relações de poder no interior das organizações. A partir de relatórios, memorandos, registros administrativos, foram buscadas respostas e explicações para perguntas relevantes no presente. Os resultados deste método, predominaram-se qualitativos, pois poucas análises quantitativas foram levadas a cabo, embora o material e o método permitam essa abordagem (Ventresca; Mohr, 2002).

Ventresca e Mohr (2002) apontam que cresce o emprego dos métodos arquivísticos em pesquisas com documentos e dados textuais produzidos por empresas, institutos, governos e demais organizações atuantes hoje. Vale destacar que os autores enfatizam que os métodos arquivísticos, nos casos da administração ou outras áreas das ciências sociais aplicadas, adotam tais métodos como complementares e não como principais estratégias de pesquisa, vide que estão presentes quando existe a necessidade por análise de dados textuais digitais ou documentos como e-mails (correspondências eletrônicas).

Ainda de acordo com Ventresca e Mohr (2002), a partir da década de 1970, emergiu um novo paradigma de pesquisa arquivística, a partir da análise quantitativa. Houve abandono dos materiais ditos ‘históricos’, de modo que a pesquisa quantitativa mudou a forma de fazer estudos de arquivo. Assim, o método centrava-se em investigar pequenas quantidades de informações recolhidas de documentos de um grande número de organizações com foco no entendimento da dinâmica dos ambientes institucionais e organizacionais por populações. Tais amostragens permitiram conhecer classes de organizações e as chamadas ‘formas organizacionais’ (Ventresca; Mohr, 2002).

Ventresca e Mohr (2002) destacam que a dita ‘abordagem ecológica’ é formal e adota método quantitativo de medição, por exemplo, para determinar os graus de semelhança e diferença de características estruturais específicas entre um grande número de organizações. Medidas de variação são usadas para buscar fundamentar os esquemas interpretativos. Com isso, o uso de materiais de arquivo foi aceito como método para ciências, inclusive nas Ciências Administrativas (Ventresca; Mohr, 2002).

Os autores apontam ainda que existiram métodos mistos, focando que existe uma nova abordagem arquivística no século XXI chamada de ‘neo-arquivística’ ou ‘nova arquivística’. Isso porque, embora essa corrente seja fortemente influenciada pelo método tradicional das ciências sociais, seus praticantes divergem em grande medida daquilo que a pesquisa quantitativa pressupõe como método (Ventresca; Mohr, 2002).

Na prática, na chamada neo-arquivística, o método se aproxima da abordagem historiográfica, na medida em que direciona preocupação em explorar os fundamentos dos processos organizacionais, buscando compreender o significado dos registros a partir da ação nele registrada (Ventresca; Mohr, 2002).

Com efeito, na tradição arquivística designada pelos autores como neo-arquivística, os pesquisadores, embora formem um grupo heterogêneo, comungam de um vocabulário comum no que diz respeito às estratégias e objetivos da pesquisa e esse arcabouço conceitual constitui o conjunto de princípios fundamentais para o trabalho arquivístico, que inclui, segundo Ventresca e Mohr (2002, p. 21):

(1) confiança em metodologias analíticas formais, (2) foco na medição da organização social e seus elementos constituintes e não nas próprias organizações, (3) ênfase no estudo das relações em vez de objetos ou atributos, (4) preocupação em medir as formas compartilhadas de significado que fundamentam os processos organizacionais sociais, (5) foco em repertórios e gramáticas de ação e, finalmente, (6) interesse em compreender as lógicas configuracionais que unem esses vários elementos na atividade organizada (*tradução dos autores*).

A partir do primeiro princípio, que, Ventresca e Mohr (2002, p. 21) apontam como “característica definidora do novo projeto arquivístico” se reconhece que os materiais arquivísticos servem de fundamento para investigação, a partir dos quais os dados serão extraídos para análise. Assim, de acordo com estes autores, os praticantes da tradição neo-arquivística, tal como os que adotaram o método mais formal do ponto de vista quali-quantitativo, buscam nos arquivos conjuntos de dados, e baseiam-se em métodos formais para revelar características da vida social que seriam de difícil obtenção a partir do emprego de outros métodos que não considerassem o arquivo como fonte. Assim, a centralidade do esforço do pesquisador da neo-arquivística reside nas descobertas que são possíveis de se obter necessariamente pela análise das fontes documentais. Tal característica, segundo Ventresca e Mohr (2002), é herança da tradição quali-quantitativa ou ‘ecológica’ da pesquisa arquivística. Contudo, este é o único ponto de aproximação com a estratégia de pesquisa quali-quantitativa,

uma vez que, na abordagem neo-arquivística, os pesquisadores abandonam uma abordagem centrada na organização, em favor do estudo da organização enquanto fenômeno social, uma vez que “o trabalho na nova tradição arquivística teoriza e mede consistentemente os processos organizacionais sociais diretamente” (Ventresca; Mohr, 2002, p. 22).

Outra característica da abordagem neo-arquivística reside na medição das relações entre objetos e a conectividade inerente da organização social, ao invés de considerar os projetos analíticos que enfatizam as organizações como objetos independentes (Baum; Oliver, 1991, 1992), haja vista que, nesta perspectiva, “cada organização é tratada como uma observação discreta e distinta dentro de uma população maior” (Ventresca; Mohr, 2002, p. 24).

Se a tendência neo-arquivística considera a centralidade do documento de arquivo para reunir os dados para análise, o método empregado pelos pesquisadores situados nessa tendência deve ser centrado na aplicação da análise de conteúdo dos relatórios anuais e outros documentos acumulados pelas organizações. (Ventresca; Mohr, 2002, p. 24).

Tendo os arquivos como ponto de partida, os pesquisadores na neo-arquivística se interessam em identificar e compreender a rede relações que operam produzindo formas de organização social, o que pode incluir as formas de conhecimento, estilos de compreensão e valores compartilhados, e que constituem a atividade organizacional.

Em resumo, as quatro distinções na forma como a pesquisa arquivística é concebida parece fundamental a partir daquilo que delineiam Ventresca e Mohr (2002). As duas primeiras referem-se à forma como os pesquisadores abordam os materiais de arquivo. Ventresca e Mohr (2002) argumentam que as diferenças fundamentais no nível de análise são influenciadas pelo tipo de materiais escolhidos para a pesquisa arquivística. A primeira diferença reside na quantidade de material que o pesquisador pretende analisar. Assim, os autores fazem uma distinção clara entre pesquisas que utilizam um grande volume de materiais de arquivo provenientes de uma ou de poucas organizações, como é o caso da pesquisa historiográfica, e estudos que empregam pequenas quantidades de informações de um grande número de organizações, como no caso da pesquisa de tendência quali-quantitativa ou ‘ecológica’.

Uma segunda distinção básica se relaciona com a forma como os dados são coletados. Nas pesquisas historiográficas, o pesquisador lê grandes quantidades de informação de arquivo, com objetivo de extrair informações que o subsidie a gerar hipóteses sobre o caráter dos acontecimentos e processos históricos da organização. Este método requer que o pesquisador se valha de instrumentos para registrar suas descobertas, e de um padrão de leitura estratégica cuidadosamente gerenciado. Em contraste, os documentos de arquivo podem ser usados para

permitir medições científicas sociais mais convencionais, “codificando-os” como dados, o que exige do pesquisador a avaliação minuciosa das variáveis relevantes que estão nos arquivos de forma implícita, e de um método sistemático de registo da informação constituinte, para então aplicar metodologias formais. Nesse caso, as descobertas aqui resultam da atenção às variações sistemáticas, padrões ou configurações dentro de campos de dados medidos formalmente Ventresca e Mohr (2002).

Uma distinção analítica relevante diz respeito à abordagem relacional dos dados, focando nas relações entre indivíduos, organizações ou elementos de um sistema maior. Neste modelo, para que se produza significado, as características das relações entre os objetos são mais importantes que os objetos em si, privilegiando as relações, em detrimento ao próprio objeto. Os praticantes do método neo-arquivístico têm se voltado a compreender como as atividades organizacionais, os significados e as lógicas de ação estão ligados entre si como sistemas relacionais (Ventresca; Mohr, 2002, p. 25). Não por acaso, a teoria semiótica e a linguística estrutural sustentam que os significados são constituídos por sistemas de diferenças, utilizando métodos relacionais para interpretar dados é elencada por Ventresca e Mohr (2002).

Por fim, existem duas questões metodológicas mais específicas que surgem ao delinear um estudo que tem como fonte os documentos de arquivo. A primeira delas seria “Quais materiais serão escolhidos para análise?”, e a segunda seria “Como esses materiais serão analisados?” Para ambas as questões, não há resposta generalizada capaz de responder. Existem diversas abordagens metodológicas comumente empregadas na pesquisa arquivística. Contudo, ao deparar-se com a diversidade de materiais existentes nos arquivos, o pesquisador precisa levar em conta as perguntas anteriores que envolvem “o quê” e “como”. Entretanto, é fundamental compreender o discurso organizacional a partir dos registros que incluem como a organização fala sobre: quem é, o que faz, sua missão, seus valores, sua origem, como se projetam para o futuro. Além disso, pesquisas podem ser geradas a partir, e sobretudo, dos documentos gerados cotidianamente, sejam a partir das rotinas de produção de dados administrativos, seja a partir de exigências extraordinárias (Ventresca; Mohr, 2002).

Em suma, o quadro 1 demonstra como essas distinções são mapeadas nas três principais modalidades de pesquisa arquivística.

Quadro 1- Principais distinções analíticas e os três modos de pesquisa arquivística.

Métodos	Nível de análise	Método de coleta	Causalidade, teoria, realidade e amostragem
Historiográfico	Poucos	Ler	Ambos
Quali-quantitativo ou 'Ecológico'	Muitos	Medir	Descendente
Neo-Arquivístico	Ambos	Ambos	Ascendente

Fonte:
Mohr (2002).

Ventresca e

Portanto, a principal distinção entre os métodos acha-se nas abordagens de coleta de dados ou se foca em práticas e interpretações locais para expandir para uma realidade mais ampla, o que Foucault (1980) descreve como “modelo descendente de análise” – onde padrões sociais mais amplos explicam microprocessos – e um “modelo ascendente de análise” – onde práticas locais se desenvolvem por conta própria e depois são incorporadas em níveis mais elevados de organização social.

Dado isso, se os pesquisadores que adotam método quantitativo e/ou quali-quantitativo, por outro lado, tendem a preferir o modelo descendente. Os praticantes do método neo-arquivístico têm predileção por este último, uma vez que se debruçam sobre detalhes da vida institucional e na compreensão das redes relacionais. Em resumo, o fenômeno que é observado no arquivo, ou seja, prova ou registro de atividades da organização ou instituição, e a diferença entre os métodos pode ser achada na forma como os documentos de arquivo são empregados a serviço de uma agenda de pesquisa específica.

3 Princípios normativos a incidir sobre formação do arquivo

Hoje, o material de arquivo está sob mediação tecnológica. E o que seria isso? Para Deschamps (2019), a mediação digital está relacionada a atuar de modo empírico com base teórica entre o público e a informação digital, de modo que cabe um mediador. A mediação define os atos que podem ser um documento ou informação pré-existente para o acesso/acessibilidade dos usuários e dos públicos, incluindo a adaptar o serviço para a demanda suprimindo a necessidade. Ainda segundo a autora, a mediação digital requer dispositivos tecnológicos para mediar a relação entre os usuários e os usos informacionais, incluindo a navegabilidade, a integração, as necessidades informacionais coletivas, os objetivos pessoais dos usuários, e as formas com que as informações podem ser apropriadas (Deschamps, 2019).

Assim, os documentos produzidos e disseminados em meio digital também como

arquivos de dados que podem ser tratados desde a produção mediada tecnologicamente como “[...]conjunto de dados relacionados e tratados como uma totalidade” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 21-22). Ao mesmo tempo, tais documentos estão fixados em artefatos tecnologicamente definidos e localizados por práticas em sua cultura material e organizacional, de modo que cabe ao pesquisador compreender quais princípios normativos, vide ISO 15489-1, foram ou deveriam ser determinantes para formação do material de arquivo pesquisado.

O primeiro princípio que pode-se destacar, a partir da ISO 15489-1, é o Princípio da Transparência. Esse determina que as políticas, processos e atividades do programa *recordkeeping* sejam documentados de maneira clara, compreensível com acessibilidade. De acordo com as diretrizes, a transparência pode prevenir a corrupção e mitigar os riscos associados à gestão da informação. A ISO 15489-1 define quais os requisitos para guarda da documentação das atividades desde a criação, a captura e ao gerenciamento inicialmente por manter versões de controles de documentos e documentar todos os itens da configuração dos sistemas e do hardware utilizados para arquivar, bem como as alterações neles ao longo do tempo.

Por isso, quando um objeto digital é atribuído valor permanente, um repositório deve levar em consideração quando trata-se de múltiplos originais e no caso de minutas, as diversas versões (Findlay, 2017). Isso porque pesquisadores podem buscar por aquilo que foi retirado ou acrescentado ao documento e o quanto foi. Sendo esse um possível enfoque no emprego do método neo-arquivístico. Tal cuidado conceitual deve estar ligado com o cuidado ao suporte, pois mídias e hardware que não foram fabricados com *archival properties* podem impedir, por baixa durabilidade, a leitura dos dados ou documentos digitais ao longo do tempo. Em oposição ao campo da pesquisa, acha-se uma das formas de ocultamento de dados pode ser o registro em mídias como pendrive ou computadores que perecerão de forma deliberada.

Encontra-se de fácil associação com as ferramentas e os dispositivos de mediação tecnológica, o Princípio da Integridade, abordado na ISO 15489-1 relaciona integridade com a autenticidade e a confiabilidade. Aponta que pode ser alcançado através da rotina vigilante de operação de controles de documentos. Sugere um modelo de metadados para documentos com aquilo que o documento deve preservar em termos de suas qualidades para manter a integridade, a autenticidade e confiabilidade.

Nota-se que isso deve ocorrer desde a criação do documento (Findlay, 2017). Somado a isso, o Princípio da Disponibilidade, requer alto grau acessibilidade (Findlay, 2017) e recuperação de informações e dados de maneira eficaz. Isso significa que as ferramentas e os

dispositivos de mediação tecnológica devem, em tese, funcionar não apenas como espaços de guarda, mas principalmente de mediação da informação.

Adicionalmente, nota-se que em acervos de instituições submetidas à auditoria, a relevância de observar o Princípio do *Compliance*, pois esse refere-se a um conjunto de práticas, políticas e procedimentos adotados pelas empresas para garantir o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis. Assim, a partir da ISO 15489-1 o produtor do documento precisa demonstrar se aquilo que foi feito deveria ter sido feito cabendo atender: a) requisitos para produzir, receber, acumular, gerenciar, transferir, recolher, eliminar, destinar e avaliar documentos de arquivo; b) decisões relativas à retenção ou guarda com prazos legais ou normativos, incluindo o acesso aos documentos, aos gêneros, suportes, metadados e todas as categorias de arquivo; c) que exista um sistema de gestão documental estabelecido pelas regras da ISO 30300; d) política interna organizacional ou política pública que abarque campos operacionais e os procedimentos, incluindo as responsabilidades atribuídas a quem deve responder pelos feitos e malfeitos que impactaram informações e documentos da empresa ou da instituição (Findlay, 2017).

No Brasil, desde a década de 1970 a gestão de documentos ou gestão documental tem sido institucionalizada e associada ao profissional arquivista, o Bacharel em Arquivologia. Atualmente parece ocorrer uma tendência de deslocamento para os informatas e predomínio de profissionais de tecnologia da informação.

Ocorre que a norma não pode ser plenamente cumprida apenas com sistemas, pois documentos podem ser preservados em mídias ou hardwares que podem comprometer o funcionamento deste sistemas. Em alguma medida o hardware também pode ser considerado como instância mediadora dos documentos a serem investigados, aferidos e pesquisados nas organizações. Em segundo lugar pode-se destacar o Princípio da Retenção ou Guarda dos documentos e informações, refere-se ao *recordkeeping*, dos bancos de dados e informações por tempo apropriado, levando em consideração requisitos legais, regulatórios, fiscais, operacionais e históricos. Este princípio garante que as organizações retenham os registros durante o tempo necessário para cumprir estes requisitos e eliminem-nos de forma segura quando já não forem de uso imediato. Por exemplo, no contexto da retenção de documentos, uma organização deve manter os seus registros e informações durante um determinado tempo apropriado, tendo em conta os requisitos legais, regulamentares, fiscais, operacionais e históricos (Findlay, 2017).

No Brasil, a tecnologia administrativa de arquivo, desenvolveu a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), que descreve o tipo de documento, por

quanto tempo os diferentes tipos de registros devem ser mantidos antes que possam ser eliminados ou arquivados. A instituição deve desenvolver TTDD para gerenciamento dos documentos com base em seus valores (operacional, culturais, de prova e outros). Em atendimento a este contexto, A ISO 15489 aponta que é necessário o seguinte para respeitar o Princípio da Retenção ou Guarda de documentos a serem pesquisados: a1) Controle das atividades de risco - este controle deve ser realizado no âmbito da gestão de riscos para empresa e para os documentos. Assim cabe definir critérios para tomar decisões sobre quando, ‘o como’, por meio de que e ‘onde’ capturar, registrar, dar acesso, disponibilizar, transferir, receber, acumular, recolher e destinar ou salvaguardar os documentos; b1) adotar normas ou conjunto de regras de retenção ou guarda de documentos. Uma autoridade de disposição é um dos produtos do trabalho de avaliação de rotina. c1) Definir a Autoridade: Cabe destacar que a guarda é realizada em hardware. Para que este princípio seja seguido, abandonar o hardware na preservação e mesmo na pesquisa significa perda de informações, dados, materialidade, qualidade e mesmo abrir-se ao risco da perda total.

A partir de Findlay (2017) depreende-se o seguinte: todos os dados, documentos e informações devem ser protegidos no ambiente institucional. Por isso o Princípio da Proteção trata-se de um dos mais relevantes. Deve-se pensar nos riscos de vazamento de documentos, de atos como gravar sem consentimento dos titulares da imagem, da voz, dos dados (tais como o nome) e de tudo o que significa uma ilegalidade ou possa ocasionar litigância. Este princípio exige que os dados pessoais sejam processados de uma forma que garanta a segurança adequada, incluindo proteção contra processamento não autorizado, gravação ou registro ilegal. Assim como proteger contra perda, contra destruição, danos acidentais, manter a confidencialidade e buscar continuamente a segurança dos documentos arquivísticos ou das informações associadas aos mesmos (Findlay, 2017).

Em termos práticos, ao observar o trabalho de Findlay (2017), contata-se que a ISO 15489-1 documenta “os controles de documentos ” - controle do ato de classificar , controle dos termos ou ‘vocabulário controlado’, documento formal de como os documentos devem ser criados e como classificar de acordo com esquema de classes e metadados, quais documentos devem ser criados e os dados que devem conter, a estrutura dos documentos e a tecnologia usada para criá-los e capturá-los, controle de criação e gerenciamento de metadados, controle sobre quais documentos manter por anos ou período de tempo, controle de armazenamento seguro, acesso eficaz e preservação segura, controle de que documentos para os padrões de temporalidade; Controles de acesso: permissões e regras de acessos. A norma recomenda que

um profissional capacitado seja responsável pelas versões destes ‘controles de documentos’. Os dados e documentos devem ser armazenados com identificação dos titulares por período necessário das finalidades para as quais foram criados, vide Findlay (2017).

Aliás, o pesquisador deve, em tese, estar atento ao apagamento e ao que não foi encontrado. O Princípio da Eliminação acha-se ligado a isso, pois a instituição deve realizar eliminação segura e apropriada para os documentos que não precisam mais ser mantidos sob guarda por leis. A eliminação segura inclui métodos como picotar, incinerar, fragmentar mecanicamente e desmagnetizar. O método escolhido depende do grau de sigilo e da natureza do suporte dos documentos. A ISO 15489 estabelece o processo de aplicação das regras de eliminação prevendo registro e guarda de metadados. Em alguns casos, documentos podem ser transferidos para terceiros (Findlay, 2017). No Brasil isso pode ocorrer para arquivo público ou autoridade arquivística institucionalizada como aquisição de documentos. A TTDD deve prever o método de disposição para cada série documental a depender do suporte, respeitando sempre leis e normas. A eliminação de fitas magnéticas deve ser o procedimento de desmagnetização e assim por diante. Cabe avaliar anualmente os documentos e urge compilar uma lista de documentos elegíveis para eliminação. Também deve-se reportar ou relatar quaisquer alterações regulatórias sobre a destinação dos documentos. Tal conjunto de medidas precede os objetos digitais a serem inseridos em ferramentas, sistemas ou dispositivos de mediação tecnológica como um sistema de gerenciamento arquivístico digital, determinando aquilo que deve ser eliminado e o que deve ser preservado. A autora, com base na norma ISO 15489, aponta que este conjunto de técnicas associa-se com o que chama-se de ‘Princípio da Eliminação’. Em se tratando de sistema que elimina o documento automaticamente tal como ocorre no software ‘Maarch RM’, cabe integração com os repositórios ou sistemas e o desenvolvimento da funcionalidade de recolhimento, isto é, operação pela qual os documentos de valor permanente são encaminhados ao arquivo permanente (Bellotto, 2007). Isso é relevante, pois ora: O que são repositórios digitais confiáveis senão arquivos permanentes digitais transpostos para um sistema de preservação?

Neste sentido, destaca-se a relevância de sistema de gerenciamento arquivístico digital e de repositórios confiáveis nos contextos históricos recentes, vide que a pandemia COVID-19, iniciada em 2019, deixa impactos atuais e ainda existem esclarecimentos a serem prestados sobre suposta fraude em compras de vacinas na Índia e a possível negligência por parte do governo face à demora em responder à pandemia, resultando no maior número de mortos da história do Brasil em curto período de tempo. Cabe lembrar que existe um papel dos repositórios

no cumprimento do Princípio da Prestação de Contas (ISO 15489-1), de modo que esse foca na responsabilidade dos altos executivos ou indivíduos com poder como o presidente e os ministros do governo. Neste escopo as pesquisas com métodos arquivísticos podem ajudar a responder com provas, por exemplo: Quem mandou ou demandou a fazer crimes, ser negligente com documentos ou manter sigilo ilegal sobre os mesmos? Cabe explicar e justificar as práticas de eliminação ou guarda. A ISO 15489-1 aponta a responsabilidade das autoridades sobre: a2) Políticas – o que devem abarcar e como dependem de um política de longo prazo; b2) Responsabilidades – definição de quem fica com a responsabilidade por qual objeto? Na avaliação dos documentos, inclusive para ambientes colaborativos e on-line; c2) Monitoramento – deve registrar processos, inclusive de externos que negociam com a empresa no escopo da atividade (receber documentos, por exemplo); d2) Um sistema de gestão de documentos, precisa seguir requisitos detalhados e parâmetros de referência mensuráveis para as responsabilidades definidas, o monitoramento para melhoria constante. Para isso cabe: nomear um executivo ao programa de *recordkeeping*, delegar responsabilidades ao gestor de documentos. No Brasil esse profissional é de direito e por força de lei o(a) profissional arquivista, bacharel em Arquivologia.

4 Considerações finais

Buscou-se abordar o tema dos métodos de pesquisa arquivísticos, preocupando-se com o entendimento sobre a formação do material de arquivo. Com isso, foi possível concluir que, conhecer os métodos de pesquisa com arquivos no contexto em que esses são objetos da ciência é tão relevante como compreender a lógica que permeia o próprio material a ser estudado e usado como fonte de prova.

Assim, a partir de (Ventresca; Mohr, 2002), foi possível identificar que a pesquisa com arquivos possui métodos próprios, sendo a mais adequada para o estudo das instituições e ocorrências consideradas históricas. Os autores enfatizam a centralidade das fontes primárias para elucidar hipóteses sobre o passado, ao mesmo tempo em que produzem significado para compreender o tempo presente e projetar o futuro das organizações. Ventresca e Mohr (2002) exploram diferentes abordagens analíticas, e caracterizam três tendências que moldaram o método de pesquisa arquivística ao longo do tempo – histórica, quali-quantitativa ou dita ‘ecológica’ e neo-arquivística.

Desse modo, buscou-se estabelecer um marco conceitual em língua portuguesa para

áreas afins relacionadas com a informação provenientes de arquivos (*information from archives/records*), de modo que é a primeira vez que os métodos de pesquisa arquivísticos são abordados com a complementaridade dos princípios que determinam a existência e a disponibilidade desses materiais para os estudos e as pesquisas.

Somado a isso, a fim de dar a conhecer uma parte da lógica dos produtores dos documentos, ao menos de acordo com normas internacionais que incidem sobre a produção e tomada de decisão sobre quais documentos serão eliminados e quais ficarão disponíveis para pesquisa, os seguintes princípios podem incidir ‘o como’ e ‘por que?’ ocorre a formação do patrimônio documental: Princípio da Retenção ou Guarda, Princípio da Eliminação, Princípio da Proteção, Princípio da Disponibilidade, Princípio do *Compliance* e Princípio da Prestação de Contas.

Como agenda futura de pesquisa, parece necessária a integração de métodos tradicionais e digitais na pesquisa com métodos arquivísticos, tendo em vista que isso pode levar a novas discussões sobre a natureza da investigação científica no mundo, principalmente sobre a coleta de dados e sua consideração para efeitos de provas de hipóteses do conhecimento científico.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BRASIL. CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. *Resolução nº 37 de 19/12/2012*. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Rio de Janeiro: CONARQ, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, n. 6, p. 455, 9 de jan. 1991, seção 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq, 1984.

CARDIN, Martine. Ni tout à fait la même, ni tout à fait une autre? La formation en archivistique en 2030. Dans Paul Servais avec la collaboration de Françoise Mirguet (eds.), *Archivistes de 2030. Réflexion prospectives*. Louvain-la-Neuve (Belgique), Éditions Academia: Publication des archives de l'Université catholique de Louvain, no 32. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO Heloísa L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; MARINS, Paulo César Garcez; LIMA, Solang Ferraz de.

Curadoria em museus de história. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, 29, p. 1-24. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e40>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Records in contexts conceptual model. *Consultation Draft*, v. 2, jul. 2021. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendação para construção de Arquivos. Texto original de Ingrid Beck. Matéria apreciada e publicada pela Câmara Técnica de Conservação de Documentos. 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Governança*. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>. Acesso em: 03 ago. 2024.

DESCHAMPS, Jacqueline. Mediation: a concept for communication and information sciences. *Science, society and new technologies series*, Wiley-ISTE, London, v. 1. 2019.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Tradução: Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FINDLAY, Cassie. *Updated for the digital age ISO 15489*. Information Management, ARMA International, 2017, p. 26-30

FOUCAULT, Michel. *Lecture two: 14 January 1976. Power/Knowledge*. Nova York. Pantheon Books, 1980.

GRACY, Karen F. Documenting communities of practice: making the case for archival ethnography. *Archival Science*, Dordrecht, v. 4, issue 3-4, p.335–365, Springer, 2004. DOI: 10.1007/s10502-005-2599-3.

ISO 15489-1:2016. *Information and documentation — records management. Part 1: Concepts and principles*. ed. 2, 2016.

LOPES, Luma Louise Sousa; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. Ethnographing historical archives: possible ways to research in organization studies. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 28 n. 96, jan./mar, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9602EN>.

MARTINS, A. Mediação: perspectivas dialéticas. In: CHAUDIRON, S.; TARDY, C.; JASCQUEMIN, B. (eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire das la construction documenraire*. Actes du 4e colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Villeneuve D'Ascq: Université de Lille, 2018. p. 63-73.

OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: https://archive.org/details/Tratado_de_documentao_paul_otlet/mode/2up?view=theater&ui=e

[mbed&wrapper=false](#). Acesso em: 03 out. 2024.

SUNDQVIST, Anneli. Archival Mediation. In: GILLILAND, Anne. McKEMMISH, Sue, LAU, Andrew (org.) *Research in Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2017. p.558-579

SUNDQVIST, Anneli. Things that work - meditations on materiality in archival discourse. *Journal of Contemporary Archival Studies*, New Haven, v. 8, art. 7, 2021. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol8/iss1/7>. Acesso em: 03 out. 2024.

VENTRESCA, Marc J.; MOHR. *Archival research methods*. In: Joel A. C.; BAUM. (Ed). *The Blackwell Companion to Organizations*, p. 805–28. Oxford, 2002.